

# **PROCURADORIA DA COMARCA DA MADEIRA**

**Serviços do Ministério Público**

**(coordenação)**

**RELATÓRIO ANUAL**

**ANO JUDICIAL DE 2015/2016**

**(de 1-09-2015 a 31-08-2016)**

**O coordenador**

**Procurador-Geral Adjunto**

*Nuno A. Gonçalves*

# **PROCURADORIA DA COMARCA DA MADEIRA**

## **RELATÓRIO ANUAL**

### **ANO JUDICIAL DE 2015/2016**

#### **A-PARTE INFORMATIVA<sup>1</sup>:**

##### **I – INTRODUÇÃO:**

###### ***a)- considerações gerais:***

A comarca da Madeira exerce a jurisdição comum na Região Autónoma da Madeira, com duas ilhas habitadas, 11 concelhos e 267.785 residentes (5.483 no Porto Santo).

Residem aqui 5.619 estrangeiros.

A população concentra-se (80%) em 4 concelhos da vertente sul da ilha da Madeira e especialmente no Funchal (42%).

Comparando, a Madeira tem mais habitantes que o distrito de Viana do Castelo (250.275) e que o concelho do Porto (237.591)

A actividade económica principal é a dos serviços (79,8%). A indústria representa apenas 6,8%, a construção 10% e a agricultura somente 3,4%.

Ademais de portos de mar, -sendo que no do Funchal também fazem paragem navios de cruzeiro-, tem dois aeroportos, sendo o do Funchal e 4º a nível nacional em movimento de aeronaves e de passageiros.

---

<sup>1</sup> Informação sucinta sobre a atividade desenvolvida e as condições legais, matérias e humanas existentes.

***b)- destaques:***

A especialização da comarca tem-se revelado profícua, evidenciando resultados qualitativos e quantitativos.

A gestão de proximidade é particularmente notada pela deteção rápida de quaisquer “disfunções” ou de “desequilíbrios” pontuais, pela imediata intervenção e pela permanente atenção à gestão processual e às condições materiais e ainda no relacionamento com as entidades e os órgãos externos.

Permanente tem sido também o acompanhamento das obras de remodelação do Palácio da Justiça do Funchal e muitas as diligências para que o Palácio da Justiça de Santa Cruz seja ocupado na quase totalidade pelos serviços da justiça.

Destaque vai ainda para a alocação de um Procurador Adjunto do QC à instância central de família e menores/ICFM, que tinha 4 juízas (sem o teria sido impossível fazer funcionar os 4 j) e que, ademais permitiu colocar, finalmente, em ordem o serviço do M.º P.º nesta jurisdição especializada.

De muito relevo local se revestiram as jornadas da comarca que tiveram lugar no final de Outubro de 2015, realizadas no auditório do Museu da Eletricidade, que concitaram surpreendente sobrelotação de participantes.

**Negativamente** destaca-se o facto de a Madeira continuar com o quadro de Procuradores Adjuntos por preencher (agora já não a única nesta situação, como sucedeu no ano anterior).

E de ter sido privada de 1 dos Procuradores da República/PR da área cível (que estava adstrito à instância central do comércio/ICCom, onde há 3 juízes).

Discriminação negativa que dificultou suprir as dificuldades que rapidamente surgiram nesta IC e inviabilizou responder a ausências temporárias de magistrados.

Negativo destaque vai ainda para a insuficiência e a desproporção entre juízes e PRs nas ICs cível -5/1- criminal -3/1- comércio -3/1- laboral 2/1 e de execução -3/1. Não se vê justificação para que a ICTrab da Madeira tenha apenas 1 PR e outras 2 apesar de terem menos população, como sucede com a comarca de Viana do Castelo, dos Açores, de Castelo Branco e também com mais elevada estatística processual (dados ponderados entre 2008 e 2010) de 277- e o registo de entradas de 263 do que Castelo Branco (240/219); Ponta Delgada (259/183); Santarém (188/252); Faro (212/230) e Valongo (239/215 –todas estas contempladas com 2 PRs na jurisdição laboral.

Também se destaca pela negativa a omissão de especialização da IL de Santa Cruz que tem população (64.833), movimento processual e dimensão económica e social (aeroporto internacional, porto marítimo de mercadorias da Madeira, centro internacional de negócios/zona franca; zona industrial da Madeira) bem superior à de muitas instâncias igualmente insulares (Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Ribeira Grande) ou do continente (Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda, Portalegre, Santarém e Vila Real (para referir somente capitais de distrito) onde ocorreu especialização entre cível e criminal.

Destaque muito negativo merece ainda a omissão de previsão, para algumas Procuradorias das instâncias, de quadro próprio de OJ (de qualquer unidade de apoio), como sucede aqui com as

Procuradorias das ICs cível, do comércio, de execução, criminal e as Procuradorias das ILs criminal e cível do Funchal. Falta que obrigou a alocar oficiais de justiça do DIAP e a que a Coordenação tenha disponibilizado a OJ que lhe está afeta, neste caso para apoiar o serviço de duas Procuradorias sediadas no mesmo edifício –a central cível e a central criminal.

## **II- RECURSOS:**

### **1. ORGANIZAÇÃO DA PROCURADORIA:**

A Procuradoria da comarca tem sede no 1º andar do Ed. 2000, sito na Av.<sup>a</sup> Calouste Gulbenkian, no Funchal, onde está instalado o CG.

Em termos físicos resume-se ao gabinete do PGA.

A OJ que assegura, -a tempo parcial- o expediente do Magistrado coordenador, ocupa um gabinete confinante.

A pagina web no portal do MP está a funcionar, ainda que sem a regularidade e a amplitude que se perspectivava, tão-somente por razões logísticas (inexistência de OJ adstrito ao serviço da coordenação).

## **2 - DO TRIBUNAL:**

### **2.1 - a nova organização judiciária:**

A comarca está especializada, ainda que com matizes.

Têm competência territorial em toda a região autónoma as ICs cível, criminal e laboral.

Têm competência na ilha da Madeira as ICs de instrução, de família e menores, do comércio e de execução.

A IL do Funchal (municípios de Câmara de Lobos, Funchal, Porto Moniz, Santana e S. Vicente) está especializada em cível e em criminal.

As ILs de Ponta do Sol (municípios da Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava), Porto Santo e Santa Cruz (municípios de Machico e Santa Cruz) são de competência genérica.

### **3. O MINISTÉRIO PÚBLICO:**

#### **1. a organização das Procuradorias:**

O MP acompanhou, em parte, a especialização da comarca.

##### ***a)- o DIAP:***

O Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) organiza-se por secções: – a 1ª-, especializada em criminalidade grave, económico-financeira, fiscal, tráfico de estupefacientes e cibercrime; -a 3ª- para os crimes de agente desconhecido e óbitos de causa indeterminada cometidos na área da circunscrição do Funchal; -a 4ª que se quer especializar no tratamento dos crimes de violência doméstica, maus trato e contra a liberdade e autodeterminação sexual; e a restantes genéricas, -uma em cada secção local (2ª no Funchal, Ponta do Sol, Porto Santo e Santa Cruz).

##### ***b)- as Procuradorias das instâncias:***

Em cada instância há uma Procuradorias a funcionar em todos os aspetos (registos, distribuição, processado, apoio aos Magistrados, estatística, etc.) como UO autónoma.

Autonomia que não prejudica a interligação e complementaridade da intervenção coordenada das diversas especializações relativamente a casos que reclamem tratamento multidisciplinar.

##### ***c)- instalações e equipamentos:***

No Funchal, Ponta do Sol e Porto Santo há edifícios próprios, os “*Palácios*” da Justiça.

Em Santa Cruz, o edifício é da câmara municipal e está parcialmente ocupado pela PSP e pela junta de freguesia. Carece de obras de conservação.

No PJ do Funchal sito na Rua Marques do Funchal –onde está o DIAP e as ICs do comércio, de execução e de instrução criminal e as ILs deste município-, decorreram (e ainda decorrem) obras de remodelação, mantendo-se ali os serviços com constrangimentos (mudanças, redução do espaço, áreas vedadas, movimento e barulho dos trabalhos), a inerente perturbação do funcionamento e prejuízo no cumprimento dos objetivos processuais.

No Ed. 2000 estão instaladas a ICCrim e a ICCív, -no 1º andar- e a ICTrab no 3º andar.

A ICFM está instalada (provisoriamente) no Palácio dos Cônsules, sito na Rua da Conceição.

Funcionam, pois, em 3 edifícios diferentes, um (Ed. 2000) está a cerca de 1,5/2kms do PJ e PC).

A secção de proximidade de São Vicente tem edifício próprio.

Somente o Ed. 2000 está adaptado às regras da mobilidade reduzida.

Têm sistema de deteção de incêndios, alarme e vigilância eletrónica

Os edifícios do Funchal têm segurança na portaria.

As áreas adstritas à atividade própria do M.º P.º, embora sejam, em geral, minimamente espaçosas, não estão adaptadas às necessidades da investigação criminal, inexistindo salas de reconhecimento de pessoas, espaços apropriados para ouvir isoladamente, em ambiente descontraído e com privacidade crianças e vítimas de crimes de violência doméstica, maus tratos e de crimes sexuais.

Todos os Magistrados dispõem de gabinete individual mobilado no edifício onde funciona a respetiva secção ou departamento, computador portátil, impressora e ligação às redes de comunicação.

Os equipamentos informáticos e de comunicação são os universalmente usados na justiça comum.

Os gabinetes dos PAs em Ponta do Sol são miseravelmente exíguos, lúbregues, um deles sem condições de funcionalidade.

Os OJ dispõem de equipamento informático e ligação a impressora e às bases de dados.

Os serviços do M.º P.º não têm, no espaço onde funcionam, impressora-multifunções com digitalizador (servem-se do equipamento da secção judicial).

### **3. magistrados:**

#### ***a. Procuradores da República:***

O quadro dos PRs não esteve preenchido (dos 9 previstos —e que estiveram colocados no ano anterior foi retirado 1):

| Procuradoria/departamento         | n.º | categoria | Funções                    |
|-----------------------------------|-----|-----------|----------------------------|
| DIAP                              | 1   | PR        | coordenadora área criminal |
| central cível                     | 1   | PR        | representação              |
| central comércio/central execução | 1   | PR        | representação              |
| central criminal                  | 1   | PR        | representação              |
| central de família e menores      | 4+1 | PR/PA     | representação              |
| central do trabalho               | 1   | PR        | representação              |

O PR colocado na ICCiv. auxiliou na ICCom (assegurando as reclamações de crédito).

Não há PR para a ICde instrução criminal.

#### ***b. Procuradores-Adjuntos:***

Foram colocados e exerceram funções 16 Procuradores-Adjuntos –o quadro é de 17 a 19 (relativamente à anterior orgânica, há menos 2 magistrados desta categoria).

| Procuradoria/departamento/secção   | n.º | categoria | funções                      |
|------------------------------------|-----|-----------|------------------------------|
| DIAP/1ª                            | 2   | PA        | investigação/dir. inquérito  |
| DIAP/2ª                            | 5   | PA        | investigação/dir. inquérito  |
| DIAP/3ª                            | 0   | -         | direcção inquérito           |
| Ponta do Sol                       | 2   | PA        | dir. inquérito/representação |
| Porto Santo                        | 1   | PA        | dir. inquérito/representação |
| Santa Cruz                         | 3   | PA        | dir. inquérito/representação |
| Funchal/local cível/local criminal | 3   | PA        | representação                |

Os PAs com direcção do inquérito acompanharam os respetivos processos na ICInstCrim.

**c. principais medidas gestonárias:**

Ademais da distribuição do serviço, assinala-se a organização, preparação e realização das jornadas da comarca, que embora sendo um trabalho colectivo do CG, em algumas vertentes implicou intervenção mais incisiva da nossa parte em razão da especialidade dos temas.

Dá-se nota das medidas destinadas a suprir as dificuldades e atrasos que surgiram na ICcom., designadamente com as substituições em diligências decorrente da existência de 3 juízes e de os processos serem urgentes e especialmente com a atribuição das reclamações de créditos ao PR da ICcív.

Nota ainda para a elaboração de fichas na área da família e menores que foram distribuídas pelas ILs para aí serem fornecidas e preenchidas pelos interessados (deste modo se lhes poupando a deslocação ao Funchal), entregando-as nos serviços locais que ficaram incumbidos de as remeter ao M.º P.º na ICFM.

Com o objetivo de equilibrar a carga dos inquéritos manteve-se a atribuição dos desconhecidos do Funchal às Procuradoras-Adjuntas da Ponta do Sol e de Santa Cruz.

A insuficiência de magistrados não permitiu avançar com maior especialização ao nível de algumas temáticas criminais.

**4. oficiais de justiça:**

O quadro é de 37 funcionários com o seguinte nível de preenchimento e vagas:

| Secção/DIAP | quadro/categoria |       |       | colocação/categoria |     |       |       | vagas |       |
|-------------|------------------|-------|-------|---------------------|-----|-------|-------|-------|-------|
|             | TJP              | TJAdj | TJAux | SJ                  | TJP | TJAdj | TJAux | TJAdj | TJAux |
| central     | 0                | 1     | 2     | -                   | 0   | 0     | 2     | 1     | 0     |
| “ cível     | 0                | 0     | 0     | -                   | 0   | 0     | 0     | 0     | 0     |
| “ criminal  | 0                | 0     | 0     | -                   | 0   | 0     | 0     | 0     | 0     |
| “ instrução | 0                | 0     | 0     | -                   | 0   | 0     | 0     | 0     | 0     |
| “ comércio  | 0                | 0     | 0     | -                   | 0   | 1     | 0     | 0     | 0     |
| “ execução  | 0                | 0     | 0     | -                   | 0   | 1     | 0     | 0     | 0     |

|                     |   |    |    |   |   |    |    |   |   |
|---------------------|---|----|----|---|---|----|----|---|---|
| “ trabalho          | 0 | 1  | 1  | - | 1 | 0  | 2  | 1 | 0 |
| “...família/menores | 0 | 2  | 3  | - | 0 | 1  | 3  | 1 | 0 |
| DIAP                | 2 | 10 | 6  | 1 | 2 | 6  | 6  | 4 | 0 |
| local crime Funchal | 0 | 0  | 0  | - | 0 | 0  | 0  | 0 | 0 |
| “ cível “           | 0 | 0  | 0  | - | 0 | 0  | 0  | 0 | 0 |
| Ponta Sol           | 0 | 1  | 1  | - | 0 | 1  | 1  | 0 | 0 |
| Porto Santo         | 0 | 1  | 0  | - | 0 | 1  | 0  | 0 | 0 |
| Santa Cruz          | 0 | 2  | 2  | - | 0 | 1  | 3  | 1 | 0 |
| total               | 2 | 17 | 16 | 1 | 2 | 12 | 17 | 6 | 0 |

O não preenchimento do quadro dos serviços do Mº Pº na ICFM tem gerando grandes dificuldades.

Alguns OJ dos serviços do MP têm categoria inferior à do quadro.

É incompreensível que nas secções judiciais com 3 OJ um destes seja escrivão e nos serviços do M. P.º com 4 (Santa Cruz) e 5 (Procuradoria na ICFM) não tenha um TJP. O afinilamento em apenas dois lugares desta categoria obriga os melhores TJAdj a transitar, por promoção, para escrivão e a mudar de serviço.

Todos os OJ tramitam eletronicamente os processos, quase todos com experiência, brio profissional e dedicação.

## B. PARTE QUANTITATIVA<sup>2</sup>:

### I- A ATIVIDADE:

#### 1. introdução:

Os objectivos processuais para o ano judicial foram propostos e aprovados pelo CSMP.

Pode dizer-se que foram atingidos, sendo que em alguns itens foram até superados e em outras se avançou quantitativamente muito.

#### 2. áreas comuns:

##### a. rogatórias:

<sup>2</sup> Análise sucinta da intervenção processual à luz das competências e obrigações legais e dos objetivos, seguindo a ordenação dos mapas, com identificação das situações de desempenho e de obtenção de resultados relevantes e dos casos de manifesta insuficiência ou falta de qualidade de resposta.



A especificidade da comarca, -que vive principalmente do turismo- tem implicações na cooperação judiciária internacional na área penal e na família e menores.

**b. decisões hierárquicas:**

Somente na área criminal.

**c. processos administrativos:**

Na área penal utilizam-se como dossier de acompanhamento de inquéritos complexos ou que possam ter repercussão pública.

Situações há em que sem esta modalidade não haveria qualquer registo ou suporte para tramitar o expediente recebido de entidades como, por ex.: o expediente de promoção e proteção enviados pelas CPCJ (que enquanto estão aí a lei define como processo e que quando passam para a alçada do M.º P.º e se este não requerer ou requerendo até que o processo entre na fase judicial, não têm qualquer previsão).

Registou-se aumento de 40% nos entrados, o que com a exceção da área criminal, sucedeu em todas as especializações.

Também se verificou um aumento de 43% nos findos.

Aumentou a pendência em 21%.

É impressionante esta espécie na ICFM com a rácio 294/PAs/magistrado (muito superior ao VRP recomendado nesta especialização).

**d. atendimento:**

O atendimento das pessoas é o “detonador” principal da iniciativa processual das áreas laboral (trabalhadores e seus familiares) e da família e menores (defesa dos menores no âmbito da promoção dos direitos e proteção dos interesses, bem como das providências cíveis). É também importante na área cível, designadamente no âmbito da demanda judicial para o suprimento das incapacidades (interdição e inabilitação), da reclamação de créditos laborais judicialmente reconhecidos (na insolvência) e dos interesses coletivos e difusos. Na área criminal a expressão maior resulta da proteção de vítimas especialmente vulneráveis.

Nalgumas áreas não se tem procedido ao registo informático da atendimento, com importante prejuízo na visibilidade estatística.

**3. áreas especializadas:**

**a. área criminal:**

*i. inquéritos<sup>3</sup>:*

*<sup>a</sup>.- recebidos:*

No 2º ano da vigente reforma judiciária, com os mesmos magistrados, -em n.º inferior ao mínimo do respectivo quadro legal- prosseguiu a recuperação da pendência dos inquéritos, assim se atingindo um dos objectivos processuais nucleares.

À redução nos entrados (menos 168), soma-se o aumento de 2,4% nos findos (mais 194).

Isolando o caso especial –pela geografia insular- do Porto Santo, em média, cada Procurador-Adjunto no DIAP da Madeira acabou neste ano 664 inquéritos.

A pendência média é de 27% (relativamente aos movimentados), evidenciando o cumprimento de outros dos objectivos processuais que se considerou essencial. (relativamente aos entrados, a pendência média é de 41%).

*<sup>b</sup>.- entrados:*

Ocorreu pequena (-2,2%) diminuição.

Os inquéritos contra incertos (verdadeiros -complexidades BD, DO e RD), representam apenas 16,1%.

Os inquéritos do DIAP-3ª sec-Funchal em que o agente do crime não é conhecido (761) foram atribuídos às PAs nas secções do DIAP de Ponta do Sol e de Santa Cruz (medida gestonária que visou equilibrar a carga processual dos magistrados da ilha da Madeira –não sendo geograficamente viável alarga-la ao Porto Santo), resultando para cada uma o acréscimo de 153 processo/ano.

A rácio/inquérito/magistrado foi:

| Magistrado/secção    | rácio/magistrado    |              |
|----------------------|---------------------|--------------|
|                      | entrados/atribuídos | movimentados |
| 1ª sec/especializada | 355                 | 597          |
| 2ª sec/Funchal       | 700                 | 1.095        |

<sup>3</sup> Dados que os mapas não reflectem: -154 cartas precatórias;  
-405 medidas de polícia;  
-85 óbitos com dispensa de autópsia; e  
-135 pessoas desaparecidas.

|              |     |     |
|--------------|-----|-----|
| Ponta do Sol | 533 | 761 |
| Porto Santo  | 229 | 321 |
| Santa Cruz   | 506 | 776 |

As P-As na Ponta do Sol e em Santa Cruz, têm ainda a seu cargo a quota-parte de todo o restante serviço da correspondente IL (de competência genérica, que têm, respetivamente, 2 e 3 juízes).

*c. taxa de resolução (findos):*

A taxa de resolução foi de 73% (relação entre os findos e os movimentados). E de 111% a taxa na relação entre findos e entrados (a diferença entre os entrados e os findos foi de 789 inquéritos). **Foi, pois, superado largamente o objetivo processual que se tinha estabelecido.**

Os arquivados representam 75% dos findos.

Por outros motivos findaram 8,8%.

A taxa de acusação é de 13,2% (descontando os DO).

A taxa de indicição foi de 19,8%<sup>4</sup>.

Em 2% das acusações foi utilizado o processo abreviado.

Em 19,6% o processo sumaríssimo.

Os institutos de consenso e processos especiais (sem o processo sumário) correspondem a 48% dos inquéritos com indicição.

Os inquéritos com mais de 8 meses representam 31,6% dos pendentes. Não obstante se ter recuperado, ainda não se atingiu a taxa de 30% que se tinha estabelecido como limiar máximo para esta categoria.

*ii. medidas de coação privativas da liberdade:*

Sobressai a prisão preventiva.

Em nenhum caso se excedeu o prazo da prisão preventiva ou de “*prisão domiciliária*”.

*iii. fenómenos criminais:*

Desconsiderando os crimes sem autor conhecido- continuam a sobressair a violência conjugal (15,5%) –a violência doméstica no conjunto perfaz 17,2%- e os crimes estradais (11,2%).

<sup>4</sup> [acusados+280°+suspensos]-[incertos]:findos.

Expressão têm ainda os crimes fiscais (3,6%), o cibercrime (3,4%), os incêndios florestais (3%) e os crimes de tráfico de estupefacientes (2%).

Há pouca incidência da criminalidade altamente violenta.

*iv. suspensão provisória do processo:*

Dos inquéritos com indicição 32,2% foram resolvidos através da suspensão provisória.

A taxa de sucesso deste instituto foi de 91% (foi revogada a suspensão e deduzida acusação em 8,2% dos casos) (0,8% findaram por outros motivos).

No processo sumário-fase preliminar, não tem sido possível utilizar mais este instituto porque a Juíza de instrução não concorda que seja aplicada ao crime de condução de veículo em estado de embriaguez.

Por isso, apenas em 23% dos autos de notícia com detidos em flagrante foi possível a suspensão provisória.

*v. instrução criminal:*

Ocorreu, a requerimento do arguido em 5,7% das acusações deduzidas.

A requerimento do assistente, em 1% dos inquéritos arquivados (desconsiderando os incertos e 280º).

Nas instruções requeridas pelo arguido que findaram com decisão final de mérito, foi de 40% com pronúncia e 13,3% de não pronúncia.

Em 14,8% das instruções requeridas pelo arguido que findaram com indicição recorreu-se à suspensão provisória do processo.

A taxa de pronúncia nas instruções requeridas pelo assistente que findaram com decisão de mérito foi de 16% e a de não pronúncia de 29%.

Cerca de 20% das instruções findaram por outros motivos.

*vi. julgamentos:*

*a. processo sumário:*

Pela razão que se expôs, em 78% dos autos de notícia com detidos em flagrante delito teve de promover-se o julgamento, com procedência da acusação praticamente total (de 99,6% - apenas 3 absolvições).

Em somente 3 autos de notícia foi proferido despacho de arquivamento.

E 10,6% foram remetidos para inquérito.

*<sup>b</sup>. processos penais na fase de julgamento:*

Foi de 81,4% a taxa de condenação (79% em colectivo; 79% em singular -espécie onde a desistência da queixa faz muitas vezes extinguir o procedimento-, 100% em abreviado e em sumaríssimo e 99,6% em sumário).

De 10,9% a taxa de absolvição (19% em colectivo; 16,5% em singular e 0% nos processos especiais).

Findaram<sup>5</sup> 12,5% por outros motivos (máxime: desistência da queixa, prescrição, apensação, morte).

*vii. recursos penais:*

Expressiva a ação do M.º P.º nesta fase dos processos penais.

*viii outros processos:*

*<sup>a</sup>. internamento compulsivo:*

Tramitados nas instâncias locais -área criminal- são urgentes e têm expressão.

Regista-se dificuldade na realização das perícias de psiquiatria.

Não há processos de transgressão.

*<sup>b</sup>. recursos em processo de contra-ordenação:*

Tramitados nas ILCrims, têm expressão.

*viii. mediação penal:*

Não foi utilizada.

---

<sup>5</sup> Os findos

*ix. recuperação de ativos:*

Os bens e valores declarados perdidos reverterem para Região Autónoma/RAM, com a ressalva daqueles a que a lei atribui, direta e especialmente, a entidade determinada.

A geográfica e o inerente custo das deslocações obrigam a que se deva equacionar muito bem a intervenção do GAB sob pena de os bens não serem suficientes para custear as passagens aéreas e a estadia em hotel. Útil seria um mecanismo que permita a administração a nível da RAM (com a intervenção de organismos regionais).

*b. área de família e menores:*

É a única IC onde foi igual o número de juízes em efetividade (4) e PRs/PA (3+1).

O insuficiente número de OJ (60% do quadro legal) não lhes permite cumprir em tempo os despachos.

São 10 as CPCJ (das 11 da RAM) a enviar expediente para o MP na ICFM.

Uma PR teve a seu cargo a interlocução com a CPCJ do Funchal. As restantes 9 CPCJ dos municípios da ilha da Madeira foram atribuídas 3 a cada um dos damis PRs/PA.

O atendimento é permanente e concorrido.

A PR que está de turno (semanalmente) não pode ser dispensada de estar presente nas diligências diárias da respetiva juíza (porque as/os colegas estão ocupadas com as diligências da respetiva juíza e as suas próprias).

As instalações, embora amplas, são labirínticas.

Foram iniciados 2.438 processos próprios dos serviços do MP. Perfaz a rácio de 610/processos/magistrado. Incomensuravelmente acima dos 190 VRPs previstos para cada magistrado desta especialização.

Ademais destes processos próprios do MP, os PRs/PA requereram 1.045 providências judiciais. De que resulta a rácio de 262/processo/PRs/PA. Também muito acima do VRP referido.

A quantidade e a qualidade do serviço nesta instância central especializada atingiu elevado nível e grande eficiência, com reconhecimento público e institucional.

O Porto Santo em razão da sua geografia insular tem competência nesta área.

*i. processos do DL 272/2001:*

Tem expressão. Em alguma modalidade traduz-se na tramitação de uma ação.

*ii. acordos de regulação das responsabilidades:*

Elevado volume (com a rácio de 54/magistrado).

Em 93,4% o parecer foi de concordância.

iii      *ações tutelares cíveis:*

É impressionante o volume processual. Praticamente todas as providências e incidentes foram requeridas na sequência do atendimento.

O MP apresentou 1.006 destas ações (sobressaindo as de regulação das responsabilidades parentais e incidentes (esmagadoramente de incumprimento). A rácio foi de 252 providências cíveis/magistrado (ultrapassa largamente o VRP recomendado para esta especialização).

iv.      *AOPs:*

A esmagadora maioria conduz à perfilhação na sequência de exame hematológico (vulgo: ADN) para determinação da paternidade.

Nesta jurisdição são intentadas e processadas as ações de investigação e de impugnação da maternidade e da paternidade.

v.      *promoção e proteção:*

Todos os processos que entraram na fase judicial foi por iniciativa do MP. Aa rácio foi de 65/PPP/magistrado).

Em 31% ocorreu o arquivamento sem aplicação de medida.

Em 9,2% a medida foi aplicada após debate judicial.

Nos restantes caos foi por acordo.

vi.      *procedimentos de urgência:*

Em todos os casos a situação de perigo foi judicialmente confirmada.

vii.      *interlocução com as CPCJ:*

Foram 461 os processos verificados e as comunicações recebidas

Das comunicações recebidas, em 35% o MP decidiu-se pelo arquivamento.

Em uma foi pedida a apreciação judicial da decisão da CPCJ.

viii. inquéritos tutelares educativos:

A rácio foi de 90/ITE/magistrado.

A taxa de resolução foi de 69,2%.

A recuperação da pendência foi de 24,3% (atingindo-se os objetivos processuais estabelecidos).

Em 58% dos ITEs findos o MP decidiu-se pelo arquivamento.

Em 5,6% optou pela suspensão do processo.

Em 16,5% pela abertura da fase jurisdicional.

20% foram incorporados e/ou remetidos.

Dos pendentes, 73% têm mais de 3 meses.

Dos processos tutelares da fase judicial que findaram, a procedência foi de 95% (só em 2 casos o processo foi arquivado por desnecessidade de medida).

ix. delinquência juvenil:

O tipo de ilícito é maioritariamente o pequeno crime. Casos de gravidade são tratados com especial atenção.

x. detenção e medidas cautelares:

Nenhum caso.

xi. recursos:

Alguma expressão e com acerto.

**c. área laboral:**

Depois do 1º ano conturbado, pode finalmente ter um PR dedicado e já com alguma experiência.

i. ações de CIT:



O MP intentou 54 ações em patrocínio de trabalhadores.

*ii.      acidentes de trabalho:*

Empreendeu-se notável recuperação (de 43%) dos ATs na fase conciliatória. Findaram-se 535 processos nesta fase, baixando a pendência para cerca de metade (de 427 baixou para 247).

Recuperação que se repercutiu também notavelmente na diminuição do tempo de marcação da tentativa de conciliação obrigatória neste tipo de processos (dos anteriores 7 meses, baixou para os atuais cerca de 3 meses).

Na fase conciliatória, resolveram-se 97% dos processos.

O MP intentou 1 ação de AT em patrocínio de sinistrado ou seus familiares e requereu 15 juntas médicas (3% dos ATs que transitaram da fase conciliatória).

*iii.     atividade conexa com ATs:*

Expressiva nos incidentes de remição da pensão, com a entrega do capital da remição presidida pelo Mº. P.º.

*iv.      ações por doença profissional:*

Já não são da competência da jurisdição laboral comum.

*v.       ações especiais emergentes do CIT:*

Também neste item se notou a nova dinâmica com 12 ações destas espécies.

*vi      recursos de contra-ordenação:*

Com expressão.

*vi.      recursos:*

Apresentada uma resposta.

**d. área cível:**

***i. ações declarativas e especiais com intervenção do M.º P.º:***

Na ICCiv (com competência em toda a região), há 1 PR para 4 Juízes.

Na ILCiv do Funchal, a representação do M.º P.º é assegurada, em acumulação, pelos P-As colocados na ILCrim.

Com as novas alçadas e as regras de repartição da competência, em razão do valor, a atividade processual do M.º P.º na ICCiv está limitada a ações de mais de €50.000,00, que respeitam ao reconhecimento de propriedade privada sobre parcelas do domínio marítimo e à representação de incapazes e ausentes.

Nas novas ILs, -a do Funchal especializada (com 3 juízes) e as restantes genéricas-, a demanda do MP tem expressão nas ações de interdição ou de inabilitação e alguma contestação em ações referentes ao domínio público marítimo.

Não se registaram demandas no domínio dos interesses coletivos e difusos.

***ii. valor do contencioso patrimonial do Estado/RAM:***

Ainda que não seja consideravelmente elevado, é interessante.

***iii. recursos:***

Apenas respostas.

**a. área do comércio:**

Com uma PR (e 3 juízes).

Ademais a PR acumula a representação do MP na ICExec. (que tem também 3 juízes).

Os processos em que ocorre a intervenção do MP são quase todos urgentes.

O incidente de qualificação da insolvência pode ser absolutamente determinante para apurar da indicição de crimes patrimoniais e societários, exigindo-se por isso, que a magistrada, esteja especialmente atenta ao processo.

Em razão da excessiva carga de serviço, as reclamações de crédito atribuíram-se ao PR da ICCiv. e ainda a substituição em assembleias de credores. Sendo 3 os juízes, por vezes a substituição nas assembleias foi também assegurada por uma P-A da ILcrim.

.

A ILdo Porto Santo mantém competência nesta especialização.

*i. insolvências:*

O MP não requereu nenhuma.

*ii. intervencões relevantes:*

Elevadas em representação da FN e muitas participações em assembleia de credores.

*iii. valores reclamados:*

É muito elevado o valor (€54 milhões) dos créditos reclamados.

*iv. créditos rateados:*

O rateio dos créditos cabe ao administrador da insolvência.

O MP representa os trabalhadores na reclamação dos créditos laborais.

*v. PER:*

Com alguma expressão.

*vi. ações e verificação ulterior de créditos:*

Intentadas algumas.

*vii. recursos:*

Registo expressivo da atenção do MP.

**f. área de execução:**

A PR na ICE (para 3 juízas) acumula o serviço desta com a ICom (com 3 juízes).

**i. execuções instauradas:**

Tem relevância a execução das coimas (que correm nas ILs e na ICtrab).

O montante (€5,5milhões) é muito considerável.

Destaca-se o valor de €3,7milhões resultantes de execução por condenação criminal em perda de vantagens obtidas com o crime.

**ii. reclamação de créditos:**

Com expressão em representação da FN/RAM.

**iii. recursos:**

Só resposta.

## **B-PARTE ANALÍTICA:**

### **I- pendências excessivas não resolvidas:**

#### **1. na área laboral**

Debelada a situação crítica em que estava, através de notável recuperação, atingiu-se finalmente a normalidade de funcionamento.

## **2. na área criminal:**

O nível de pendência entre os P-As é muito diverso.

Ainda há inquéritos muito antigos.

A recuperação da pendência também é considerável.

Porém, as perspectivas não são risonhas (pela diminuição de 1 P-A na DIAPFunchal e pelo gozo de licença de maternidade que uma P-A irá iniciar em dezembro).

## **3. na área de família e menores:**

Foi possível organizar e ordenar o serviço e iniciar uma prestação de qualidade.

## **4. na área cível:**

As ações do domínio marítimo exigem interação com a APA e estudo especializado.

É elevada a demanda no domínio das incapacidades.

## **II- insuficiências persistentes de meios:**

### **1. humanos:**

A ICCom (com 3 juízes) exige um PR em exclusividade, porque o trabalho é volumoso, exigente e em causa estão valores importantes (presença em assembleia de credores, reclamações de créditos e, especial atenção ao incidente de qualificação da insolvência).

### **2. instrumentos:**

Os serviços do MP devem ser providos de impressoras multifunções (que permitem a digitalização das peças processuais).

### **3. condições físicas:**

As obras de adaptação e requalificação do PJ do Funchal, obrigando a que os Magistrados do MP do DIAP/Funchal, e das ICs do comércio e de execução tivessem de libertar os

respetivos gabinetes, passando a ficar dois em cada divisão. Condições que dificultam a concentração, a audição reservada das pessoas e, conseqüentemente, a produtividade.

As obras vão concluir-se a prevê-se colocar definitivamente os serviços e retomar a normalidade do funcionamento no início de 2017.

### **III- lacunas ou insuficiências de periciais e assessoria técnica:**

Com a exceção da ICFM, não existe assessoria técnica.

A da FM está bem dotada e é de muito bom nível e de grande interação.

Das perícias realizadas na região as mais difíceis de obter em tempo são as de psiquiatria.

As que exigem intervenção dos laboratórios do continente são demoradas.

### **IV –medidas de organização e gestão processual:**

Já se referiram na parte informativa.

### **V. iniciativas de boas práticas:**

Visando acorrer ao elevado número de pessoas que acorriam à ICFM para ser atendidas pelo magistrado do MP, esmagadoramente para denunciar incumprimentos, foi a de elaborar formulários que se disponibilizam no ponto de receção dos papeis e requerimentos e nos serviços das IL e que a/o interessado se limita a preencher com os nomes e os valores, sendo imediatamente entregue e recebida em juízo ou enviado ao MP naquela instância.

Vieram a surgir algumas dificuldades porque o requerente, sendo particular, não está isento de custas.

A outra, de auto de notícia de detido em flagrante ser apresentado diretamente ao Magistrado que está na instância de julgamento, aliviou o DIAP.

### **VI- avaliação do serviço prestado:**

A qualidade do serviço foi, em geral louvada nas jornadas da comarca realizadas em 22 de outubro, em que a pluralidade dos oradores e assistentes representa bem a cidadania da comarca.

Apesar da qualidade atingida em alguns domínios há e expectativa de aperfeiçoar e melhorar e sobretudo de em algumas especializações aumentar a produtividade.

## **C- PARTE AVALIATIVA:**

Os objectivos processuais foram, em geral atingidos e em alguns aspetos (recuperação das pendências nos inquéritos e ITEs e nos ATs) foram até superados.

As propostas vão vertidas nos objetivos para o ano de 2015/2016.

## **D-OBJETIVOS PARA 2016/2017<sup>6</sup>:**

### **I- pressupostos:**

#### **A. os objetivos estratégicos estabelecidos:**

A PGR, o CSM e o MJ estabeleceram os objetivos estratégicos para o desempenho dos tribunais de 1ª instância no triénio 2015-2018 e para o ano judicial de 2016-2017.

Do documento divulgado pela PGR emergem 4 objetivos primordiais:

1. a definição de áreas prioritárias:

Combate à corrupção, à violência doméstica, ao cibercrime, ao terrorismo e também à proteção das vítimas e à promoção dos direitos das crianças e dos jovens.

2. qualidade na ação:

Melhorar a qualidade da decisão e da intervenção do Ministério Público.

3. celeridade:

Obter decisão final ou intervenção do Ministério Público em tempo útil.

4. qualidade organizacional:

Promover a qualificação dos recursos humanos e refinar a organização interna.

#### **A. as imposições da lei de política criminal:**

A Lei de Política Criminal para o biénio 2015-2017, atribuiu prioridade na investigação aos crimes de: -----

a)- terrorismo;

- b)- contra a liberdade e autodeterminação sexual;
- c)- violência doméstica;
- d)- tráfico de órgãos e de pessoas;
- e)- corrupção;
- f)- branqueamento de capitais;
- g)- fiscais e contra a segurança social; e ainda à -----
- h)- cibercriminalidade.

Erige também como prioritária a apreensão de bens ou produtos e vantagens do crime.

#### **B. os resultados do ano findo:**

A proposta dos objetivos processuais da comarca deve ainda alicerçar-se nos resultados obtidos no ano anterior –art. 91º da LOSJ.

Alcançaram-se resultados positivos, especialmente no DIAP e nas áreas laboral e de família e menores. Confirmaram-se as dificuldades que a injustificada retirada do Procurador da República na instância central do comércio, tornava evidente (ficou uma PR para 3 juízes e mais 3 na instância de execução).

Na área criminal, a qualidade da decisão é positiva (boas percentagens de condenação e boa utilização das soluções processuais de consenso e de diversão) e a evolução<sup>7</sup> foi relevante, prosseguindo com a recuperação da pendência (à exceção da sec. especializada –onde o aumento foi de 6,8%).

#### **C. os recursos disponibilizados:**

A LOSJ manda ainda que considerar os meios afetos ao funcionamento da comarca, designadamente:

- os recursos humanos disponibilizados pelos respetivos organismos de gestão:
  - dos magistrados –CSMP;
  - dos oficiais de justiça –DGAJ;
  - de pessoal técnico –informáticos/DGAJ;
- os recursos materiais –DGAJ/outros serviços oficiais.

A comarca conta com os seguintes meios:

##### **a. humanos:**

##### **i. magistrados:**

---

<sup>7</sup> Ainda que com recuperação geral, o saldo favorável é pequeno –menos 5 inquéritos (descontando os suspensos são menos 536).



O quadro de magistrados e o seu nível (sofrível) de preenchimento é:

| áreas             | especialização         | PRs   | PAs            | juízes  |
|-------------------|------------------------|-------|----------------|---------|
| quadro            | total                  | 8 a 9 | 17 a 19        | 25 a 29 |
| Cível             | central cível          | 2     | 1 <sup>a</sup> | 4       |
|                   | “ comércio             |       |                | 3       |
|                   | “ execução             |       |                | 3       |
|                   | local cível Funchal    | 0     | 0              | 3       |
| família e menores | central                | 3     | 0              | 3       |
| trabalho          | central                | 1     | 0              | 1       |
| criminal          | central criminal       | 1     | 0              | 3       |
|                   | instrução criminal     | 0     | 0              | 1       |
|                   | local criminal Funchal | 0     | 3              | 3       |
| DIAP              | <i>Funchal (sede)</i>  | 1     | 6              | -       |
| instâncias locais | Ponta do Sol           | 0     | 2              | 2       |
|                   | Porto Santo            | 0     | 1              | 1       |
|                   | Santa Cruz             | 0     | 3              | 3       |
| total colocados:  |                        | 8     | 16             | 31      |

<sup>a</sup> destacado das bolsas.

<sup>a</sup>. Procuradores da República:

Nas instâncias centrais cíveis a proporção é alarmante.

Nenhum M.º P.º foi colocado na instância central de instrução criminal.

A demonstração da exiguidade dos magistrados afetos à comarca evidencia-se também pela comparação com outras:

**-Viana do Castelo**, com o quadro de 6 a 7, sem instância de comércio, nem de execução e na família e menores ter 2 juízes (además de ter menos 30.000 habitantes residentes, não ter aeroporto internacional ou outro qualquer e garantidamente ter menos de um centésimo de turistas), foi contemplada com 8 PRs.

**-Évora** com o quadro de 6 a 7 e com TEP, sem instância do comércio e a secção central cível e criminal unificada com 3 juízes, na família e menores tem 1 juiz e também na execução (además de ter menos 100.000 habitantes residentes, sem aeroporto e com menos de um centésimo de turistas e de empresas), foi contemplada com 9 PRs.

**-Castelo Branco** com o quadro de 7 a 8, sem DIAP, sem secção de execução, na família e menores tem 2 juízes, a central cível e criminal unificada com 5 juízes (además ter menos 70.000 habitantes residentes e ser uma área rural) tem colocados 7 PRs.

**-Vila Real** com o quadro de 6 a 7, sem DIAP, sem secção de comércio, na família e menores tem 1 juiz e a instância central cível e criminal unificada com 5 juízes (además ter menos 60.000 habitantes residentes e ser uma área rural) tem colocados 6 PRs.

**-Açores** com quadro de 6 a 7, sem instância de comércio nem de execução, com a instância cível e criminal unificada e de na família e menores ter 2 juízes e no trabalho 1, foi contemplada com 6 PRs.

*<sup>b</sup>. Procuradores-Adjuntos:*

Não só não foi preenchido o quadro, como, exasperando a insuficiência, um Procurador Adjunto do DIAP (2ª secção do Funchal) passou à situação de licença sem vencimento e em dezembro uma Procuradora Adjunta da mesma secção irá iniciar o gozo de licença de maternidade (previsivelmente só retomará o serviço em setembro de 2017). O DIAP-Funchal contara durante quase todo o ano com apenas 72% do respectivo quadro. O que inviabiliza estabelecer objectivos quantitativos para esta unidade orgânica.

ii. *oficiais de justiça:*

Os oficiais dos serviços do M.º P.º, ainda que com categorias diferentes e alguma falha grave na instância central de família e menores, está quase preenchido.

Na instância central de família e menores, o quadro de 5 (2 técnicos de justiça adjunto e 3 auxiliares) conta com somente 3 funcionários.

Há também dificuldades ao nível do pessoal da informática (há um dos 2 previstos).

A DGAJ não tem qualificado os oficiais de justiça para as especificidades da investigação criminal e em geral para o desempenho das tarefas próprias do M.º P.º nas diversas áreas de intervenção. Para além da formação geral, o que se verifica é que a maioria dos oficiais de justiça vai aprendendo com a tarimba e o brio profissional.

b)- *as instalações:*

Continuam –previsivelmente até janeiro- as obras de adaptação e ampliação do Palácio da Justiça do Funchal. Mesmo em obras, aí continuam a funcionar os serviços:

- a secretaria do tribunal;
- as instâncias centrais:
  - do comércio;
  - de execução;
  - de instrução criminal;
- o DIAP;
- as instâncias locais do Funchal:
  - cível;
  - criminal.
- as secções de cada uma destas instâncias e departamento;
- o arquivo geral.

Circunstancialismo exógeno que prejudica as condições de trabalho dos magistrados e dos oficiais de justiça, dificulta o acolhimento e atenção a dispensar aos utentes da justiça e arrefece a ilusão de expectativas em atingir relevantes objetivos processuais.

**D. outros recursos e meios auxiliares:**

A proposta dos objetivos processuais não seria realista se não tivesse em conta:

- a distribuição, a organização -principalmente ao nível investigação- e a qualificação dos OPCs,

e ainda

- existência, a capacidade, o tempo e a qualidade da resposta dos serviços oficiais que:
  - realizam perícias,
  - prestam apoio técnico;
  - disponibilizam meios de execução das medidas jurisdicionais;

ou que, por lei:

- desenvolvem alguma etapa da atividade processual.

*i. OPCs:*

Da singularidade regional da comarca resulta que os órgãos de polícia criminal têm uma componente nacional (PJ, PSP, SEF, GNR e PM) e estruturas regionais (AT-RAM, IRF – crimes fiscais-, IRAE –crime antieconómico-, DRTAI –condições de trabalho-, ISSM –crimes contra a segurança social). E que a PSP tem competência em toda RAM, confinando-se as competências da GNR à atividade fiscal (para o que aqui importa).

A PSP ainda não implementou um sistema de resposta especializada a alguns fenómenos criminais (por ex.: violência doméstica).

*ii. perícias:*

Os exames médicos para determinação das lesões, fixação da desvalorização funcional e as autópsias são realizadas pelo GML. Porém, exames complementares mais específicos são realizados pelo próprio IML, na respetiva sede, em Coimbra. Outros são contratualizados pelo IML com especialistas. Se a dificuldade de resposta do GML já é alguma, o recurso ao IML na sede ou a especialistas contratualizados resulta demora processual.

Também as perícias deferidas ao LPC se realizam no continente, com semelhante projeção na celeridade processual.

Outro tanto sucede sempre que na região não há meios técnicos e científicos que possam dar resposta oficial.

A situação agrava-se sempre que os factos ocorrem na ilha do Porto Santo.

*iii. outros auxiliares:*

Em geral, existem ou é possível recorrer a meios para tramitação de alguma fase dos processos (solicitadores no processo executivo; administradores no processo de insolvência; conservadores no processo de divórcio e respetivos incidentes; notário no processo de inventário), assim como apoio técnico especializado para algumas áreas (EMAT).

Há residentes nas listas oficiais de avaliadores em algumas áreas.

**E. especificidades das áreas de especialização:**

Outro fator relevante na proposta de fixação dos objetivos processuais resulta da posição e dos poderes que as leis do processo conferem ao M.º P.º em cada área de especialização. Assim, se há instâncias onde a ação deste órgão de justiça é de iniciativa e absolutamente determinante da atividade do tribunal –como sucede nas instâncias de família e menores, no DIAP e nas instâncias criminais e de instrução e, em parte muito substancial na área laboral– ou em que pode assumir ação importante, -nas instâncias cíveis, concretamente na defesa dos direitos e interesses dos incapazes e ausentes e ainda na defesa dos interesses coletivos e difusos-, outras há em que a intervenção do M.º P.º, para além da defesa da legalidade (comum a todas as áreas) está limitada pela legitimidade e pelo interesse em agir, reconduzindo-se, praticamente, à representação e defesa de uma parte processual – normalmente o credor, o exequente (em regra, o Estado e os trabalhadores) –como sucede nas instância de execução e, em parte, do comércio.

#### **F. objetivos processuais mensuráveis:**

A LOSJ diz que *“os objetivos processuais da comarca devem reportar-se, designadamente, ao número de processos findos e ao tempo de duração dos processos, ... por referência aos valores de referência processual estabelecidos”*. E que *“não podem impor, limitar ou condicionar as decisões a proferir nos processos em concreto, quer quanto ao mérito da questão, quer quanto à opção pela forma processual entendida como mais adequada”*.

Explicita ainda que ao coordenador compete *“implementar métodos de trabalho e objetivos mensuráveis para cada unidade orgânica”, tendo em vista “o equilíbrio da carga processual e a eficiência dos serviços”, “acompanhar o movimento processual dos serviços do Ministério Público, identificando, designadamente, os processos que estão pendentes por tempo considerado excessivo ou que não são resolvidos em prazo considerado razoável”, “adotar ... medidas, nomeadamente, de desburocratização, simplificação de procedimentos, utilização das tecnologias de informação e transparência do sistema de justiça”, bem como zelar pela “qualidade do serviço de justiça prestado aos cidadãos”*.

Se bem interpretamos, os objetivos devem ser processuais e mensuráveis (e não, como já vimos, medidas de gestão, os tão vulgarizados protocolos de colaboração, cuja avaliação em termos utilidade prática pelos vistos ninguém se preocupa em medir).

São, pois, objetivos processuais mensuráveis aqueles que aqui se propõem.

#### **G. audições:**

##### **i. dos magistrados:**

Individualmente –quando a área tem um só elemento- ou em reunião, foram ouvidos os magistrados que apresentaram propostas que foram ponderadas.

##### **ii. Conselho de Gestão:**

Esta proposta foi apresentada ao órgão de gestão da comarca.

##### **iii. oficiais de justiça:**

Foi ouvido o secretário dos serviços do M.º P.º e através dele os oficiais de justiça que prestam serviço nas secções e unidades deste órgão de justiça.

## **II- proposta para fixação dos objetivos processuais:**

Com os pressupostos enunciados, propomos a fixação de objetivos processuais por área:

### **a. *criminal:***

#### **i. DIAP:**

- 1º- no desfalcado *DIAP-Funchal* não aumentar desmesuradamente a pendência dos inquéritos e em especial dos mais antigos (consideram-se antigos todos os inquéritos com mais de 2 anos).
- 2º- nas restantes secções, não aumentar a pendência e findar os inquéritos com registo anterior a 2015 (não se considerando pendentes os suspensos).
- 2º- fazer uso dos institutos de consenso e das formas de processo especial em cerca de 60% dos inquéritos com indicição;
- 3º- nestas mesmas secções aumentar a taxa de resolução e que a pendência por magistrado ronde os 33%;
- 4º- dar prevalência ao crimes que a lei considera de investigação prioritária, com especial atenção à violência doméstica, aos crimes fiscais, à corrupção, ao peculato e ao tráfico de estupefacientes;
- 5º- tratar o confisco das vantagens do crime, determinando a apreensão de bens e valores, providenciando pelo arresto e promovendo a declaração de perda e a condenação em indemnização a favor do Estado (RAM).
- 6º- encerrar os PAs de acompanhamento de inquéritos logo que seja proferido despacho de arquivamento ou acusação;

#### **ii. instrução criminal:**

- 1º- promover a tempestiva aplicação de medidas de coação necessárias e adequadas, com especial atenção aos fenómenos criminais mais frequentes em que se sobrepõem razões preventivas especiais;
- 2º- recorrer da denegação das promoções conquanto a decisão vá em sentido contrário a jurisprudência dos tribunais superiores ou do tribunal constitucional ou a questão seja interpretativa e nova mas discutível e se não se prevê encerrar o inquérito em prazo inferior ao que normalmente demora a decisão do recurso.

#### **iii. instâncias criminais:**

- 1º- nos casos de apresentação de detido em flagrante delito por crimes que admitem julgamento em processo sumário incluindo os crimes rodoviários, continuar a promover, se admissível, a suspensão provisória do processo;
- 2º- sustentar a acusação deduzida pelo M.º P.º, se necessário, requerendo diligências de prova que possam realizar-se em tempo razoável e sejam essenciais à boa decisão da causa;
- 3º- interpor recurso de decisões que vão em sentido contrário ao sustentado pelo M.º P.º, desde que haja fundamento factual e/ou jurídico, ou de decisões que vão contra a jurisprudência dos tribunais superiores e do tribunal constitucional;

4º- pronunciar-se ou, quando seja ainda possível, requerer a declaração de perda de objetos, bens, produtos ou vantagens do crime e promover, logo após o respetivo trânsito, a execução das decisões do tribunal;

5º- transmitir aos magistrados do DIAP as insuficiências e/ou dificuldades de produção de prova em julgamento e dar conta da orientação prevalente da interpretação adotada pelas instâncias da comarca e, em caso de recurso, do resultado final, se for em sentido diferente do que tenha vindo a ser seguido pelo M.º P.º;

**b. cível:**

i. instâncias cíveis (central e locais):

1º- instaurar PA para recolha dos elementos para propor e instruir ação judicial, ou para contestar, quando for o caso, em representação do Estado, de incapaz ou de ausente ou para defesa de interesses coletivos e difusos;

2º- comunicar e coordenar-se com as entidades oficiais para a apreciação dos factos e dos documentos de prova nas ações em que o Estado é parte, incluindo a elaboração de pareceres técnicos e de perícias;

2º- instruir, elaborar e apresentar em juízo ações em representação de incapazes, designadamente de interdição e inabilitação, em prazo não superior a 60 dias depois da apresentação do correspondente pedido;

3º- recuperar a pendência dos PAs, designadamente arquivando os mais antigos;

ii. instância do comércio:

1º- defender os direitos e interesses do Estado no processo de insolvência, concertando a intervenção com os serviços e entidades;

2º- promover e apreciar (por referência aos elementos constitutivos do crime) o incidente de qualificação da insolvência;

3º- transmitir celeremente ao M.º P.º na área criminal os elementos do processo de insolvência que possam indiciar a existência de crime;

4º- representar trabalhadores que solicitem o patrocínio, no reconhecimento e na reclamação dos respetivos créditos laborais, conquanto não conflituem no mesmo processo com os do Estado (quando representado pelo M.º P.º);

5º- baixar a pendência de processos administrativos;

iii. instâncias de execução (central e locais):

1º- requerer rapidamente a ação executiva que compete ao M.º P.º;

2º- reclamar, mediante a apresentação de certidão emitida pela entidade competente, os créditos que gozem de privilégio sobre os bens penhorados.

**c. laboral:**

i. instância laboral:

2º- continuar a recuperação da pendência de processos de acidente de trabalho (AT) na fase conciliatória;

2º- realizar a tentativa de conciliação no processo AT, em prazo não superior a 60 dias, contados da receção do exame médico de avaliação do grau de incapacidade ou do relatório da autópsia ao cadáver do sinistrado;

3º- proceder à entrega do capital da remição em prazo não superior a 40 dias contados da data do respetivo cálculo;

- 4º- requer junta médica, quando comprovadamente se justifique, nos prazos legalmente consignados;
- 6º- requer exame de revisão da incapacidade nos 20 dias seguintes à apresentação de pedido que tenha cabimento legal e seja fundamentado;
- 7º- requerer a atualização de pensões de incapacidade ou por morte em prazo não superior a 60 dias contados da data da entrada em vigor da Portaria que fixa o coeficiente de atualização anual ou a contar da comunicação da seguradora quando a responsabilidade desta seja apenas parcial;
- 8º- receber e disponibilizar ao trabalhador o requerimento oficial para a impugnação da regularidade e licitude do despedimento, no qual deve logo anotar-se que pretende o patrocínio do M.º P.º ;
- 9º- assumido o patrocínio do trabalhador, apresentar a contestação no prazo legal;
- 10º- intentar ação emergente de contrato de trabalho (CT) em prazo inferior a 40 (20+20 requerendo prorrogação) dias contados da data da não conciliação;
- 11º- findar os PAs iniciados antes de janeiro de 2016, salvo se a ação ainda estiver a correr (em caso de recurso da sentença o PA deve arquivar-se).
- 10º- registar electronicamente o atendimento do público.

**d. família e menores:**

- i. instâncias de família e menores (incluindo o Porto Santo):
  - 1º- absoluta prioridade para a correspondência entre a estatística oficial e a realidade processual;
  - 2º- prioritário ainda é de que todos os papeis e documentos apresentados sejam juntos o processo a que respeitam, apresentados ao magistrado e autuados ou que os requerimentos e ações sejam apresentadas em juízo, em qualquer caso em prazo não superior a 10 dias, contados da data da receção nos serviços ou da elaboração pelo magistrado;
  - 3º-recuperar a pendência dos processos do MP, findando os PAs em que a providência já tenha sido requerida e se não justifique manter aberto procedimento paralelo que não mais serve do que para juntar cópias de atos do processo judicial;
  - 4º- despachar as fichas de atendimento em prazo não superior a 2 semanas contados da data da elaboração e registo eletrónico;
  - 5º- findar os ITEs com mais de 3 meses de antiguidade<sup>8</sup>, conquanto não se tenha decidido a sua suspensão e esteja a ser cumprido o plano de conduta ou o processo não tenha prosseguido pelo incumprimento do plano ou em consequência da prática de novos factos ilícitos típicos aos quais se tenha de alargar a investigação;
  - 6º- requerer medidas de promoção e proteção em prazo não superior a 30 dias contados da data da receção do processo da CPCJ ou de imediato nos casos de urgência previstos no art. 91º do LPCJ;
  - 7º- acompanhar com regularidade trimestral a atividade da CPCJ e visitar uma vez por ano instituições de acolhimento;
  - 8º- instruir em menos de 1 ano as AOPs salvo quando tenham sido expedidas cartas rogatórias ou se aguarde pelo resultado de perícias hematológicas;

<sup>8</sup> Com registo de entrada em 2014 e anos anteriores, em 31/08/2015 pendiam 62 ITEs; com mais de 3 meses eram 113.

- 9º- com o escopo de agilizar a instrução dos processos e a propositura de ações especialmente as providências tutelares cíveis, os documentos de prova que sejam necessários devem ser obtidos nas bases de dados e, quando estas não estejam disponíveis, através da apresentação de pedido oficial, sempre que possível, entregue em mão, no serviço competente;
- 10º- evitar a duplicação de demandas e pedidos designadamente através da consulta eletrónica dos processos da instância;
- 11º- findar os processos do DL 272/2001-mesmo quando configuram uma ação- em prazo inferior a 6 meses;
- 12º- no Porto Santo, em razão da sua volumetria processual nesta área, os prazos referidos devem ser encurtados, com a ressalva do que se estabeleceu para as AOPs, por razões geográficas naturais suscetíveis de dificultar a instrução destes processos.

Com as reservas impostas pelos condicionantes acima enunciados, estes são os objectivos processuais possíveis, concretos e mensuráveis, que, se pecam é por otimismo.

A PGR, o CSM e o MJ estabeleceram os objetivos estratégicos para o desempenho dos tribunais de 1ª instância no triénio 2015-2018 e para o ano judicial de 2015-2016.

Do documento divulgado pela Procuradoria-Geral da República emergem quatro objetivos fundamentais:

1. a definição de áreas prioritárias:

*Atribui-se carácter prioritário ao combate à corrupção, à violência doméstica, ao cibercrime, ao terrorismo e também à proteção das vítimas e à promoção dos direitos das crianças e dos jovens.*

2. qualidade na ação:

*Melhorar a qualidade da decisão e da intervenção do Ministério Público.*

3. celeridade:

*Obter uma decisão final ou intervenção do Ministério Público em tempo útil.*

4. qualidade organizacional:

*Promover a qualificação dos recursos humanos e refinar a organização interna.*

#### **B. as imposições da lei de política criminal vigente:**

Por sua vez, a Lei de Política Criminal para o biénio 2015-2017, atribuiu prioridade na investigação aos crimes de: -----

- a)- terrorismo;
- b)- contra a liberdade e autodeterminação sexual;
- c)- violência doméstica;
- d)- tráfico de órgãos e de pessoas;



- e)- corrupção;
- f)- branqueamento de capitais;
- g)- fiscais e contra a segurança social; e ainda à -----
- h)- cibercriminalidade.

Erige também como prioritária a apreensão de bens ou produtos e as vantagens do crime.

### **C. os resultados do ano findo:**

Para além do quadro normativo e dos objetivos estratégicos estabelecidos, a proposta para a fixação dos objetivos processuais da comarca deve sustentar-se nos resultados obtidos no ano anterior –art. 91º da LOSJ.

A análise dos dados confirma grandes dificuldades em algumas áreas processuais (na ICT onde o serviço estava praticamente paralisado ou ia sendo arrastado nos últimos anos), em outras, grandes atrasos e muita desorganização (na ICFM onde aos processos parados se adicionava a quantidade de papeis por juntar ao processo ou por submeter a despacho do magistrado e também algum arrastamento do processado).

Na área criminal, evidenciado resposta de qualidade na decisão (com boas taxas de condenação e de utilização das soluções processuais de consenso e de diversão), a evolução foi muito díspar (a secção especializada e a local do Porto Santo, registaram aumento da pendência –cerca de 30%) (as demais registaram recuperação sendo assinalável em Santa Cruz –de 17%- e na Ponta do Sol –de 20%). Apesar do esforço tem resistido, com diferenças, o propósito de recuperação dos inquéritos mais antigos (com registo de entrada em 2013 e anos anteriores em 31/08/2015 havia 505 inquéritos pendentes -12,3%); (com registo do ano de 2014 e anteriores a percentagem é de 40,5%).

### **D. os recursos disponibilizados:**

A LOSJ manda ainda a proposta dos objetivos processuais considere os meios afetos ao funcionamento da comarca, designadamente:

- os recursos humanos disponibilizados pelos respetivos organismos de gestão:
- dos magistrados –CSMP;
- dos OJ –DGAJ;
- de pessoal técnico –informáticos/DGAJ;
- os recursos materiais –DGAJ/outras serviços oficiais.

Na comarca contamos com os seguintes meios

#### **a. *humanos:***

**i. magistrados:**

O quadro de magistrados e o seu nível de preenchimento é:

| <b>áreas</b>      | <b>especialização</b>  | <b>PRs</b> | <b>PAs</b>     | <b>juízes</b> |
|-------------------|------------------------|------------|----------------|---------------|
| quadro            | total                  | 8 a 9      | 17 a 19        | 25 a 29       |
|                   | central cível          |            |                | 5             |
| cível             | “ comércio             | 2          | 0              | 4             |
|                   | “ execução             |            |                | 3             |
|                   | local cível Funchal    | 0          | 0              | 3             |
| família e menores | central                | 3          | 1 <sup>a</sup> | 4             |
| trabalho          | central                | 1          | 0              | 2             |
|                   | central criminal       | 1          | 0              | 3             |
| criminal          | instrução criminal     | 0          | 0              | 1             |
|                   | local criminal Funchal | 0          | 3              | 3             |
| DIAP              | <i>na sede</i>         | 1          | 7              | -             |
|                   | Ponta do Sol           | 0          | 2              | 2             |
| instâncias locais | Porto Santo            | 0          | 1              | 1             |
|                   | Santa Cruz             | 0          | 3              | 3             |
|                   | total colocados:       | 8          | 17             | 34            |

<sup>a</sup> destacado das bolsas.

Ainda que com alguma surpresa, constata-se que a falha no preenchimento do quadro de magistrados é mais expressiva do que nos OJ.

***a. Procuradores da República:***

Relativamente ao ano judicial findo, foi diminuído 1 na área cível. Nas instâncias centrais desta especialização a proporção é de 2 PRs para 12 juízes e no total da área cível da comarca há 2 PRs para 15 juízes.

Não foi colocado qualquer magistrado do MP na ICIC.

A demonstração da exiguidade dos magistrados afetos à comarca evidencia-se também pela comparação com outras:

-Viana do Castelo, com o quadro legal de 6 a 7, não tendo instância central de comércio nem de execução e de na família e menores conta com o quadro de somente 2 juízes (además de ter menos 30.000 habitantes residentes, não ter aeroporto internacional ou outro qualquer e garantidamente ter menos de um décimo da população visitante), foi contemplada com a colocação de 8 PRs.

-Évora com o quadro legal de 6 a 7, apesar de ter TEP, não tem secção central do comércio, e de a secção central cível e criminal estar unificada e o quadro de juízes ser de apenas 3, de na família e menores o quadro ser de somente 1 juiz e outro tanto suceder com a execução (además de ter menos 100.000 habitantes residentes, sem aeroporto e com menos de 1 décimo de turistas e de empresas), foi contemplada com a colocação de 8 PRs.

-Castelo Branco com o quadro legal de 7 a 8, não tendo DIAP, nem secção central de execução, de na família e menores ter um quadro de 2 juízes, de a central cível e criminal

estar unificada e com o quadro de 5 juízes (ademaís ter menos 70.000 habitantes residentes e ser uma área rural) tem colocados 7 PRs.

-Vila Real com o quadro legal de 6 a 7, não tendo DIAP, nem secção central de comércio, de na família e menores ter o quadro de apenas 1 juiz e de instância central cível e criminal estar unificada e com o quadro de 5 juízes (ademaís ter menos 60.000 habitantes residentes e ser uma área rural) tem colocados 7 PRs.

-Açores com quadro legal de 6 a 7, não obstante ter instância central de comércio nem de execução, de a instância cível e criminal estar unificada, de na secção central de família e menores ter o quadro de 2 juízes e no trabalho apenas 1, tem colocados 6 PRs.

#### *<sup>b</sup>. Procuradores-Adjuntos:*

As colocações na comarca nem sequer atinge o limiar mínimo do respetivo quadro.

Única contemplada com essa distinção no ano findo, no corrente ano tem já a companhia de outras. Os recursos nesta componente são, pois, diversos daquelas que foram contempladas com a colocação de mais PAs que o respetivo quadro legal (Évora +1; Lisboa +4; Lisboa norte +3) ou em que o quadro foi preenchido pelo respetivo limiar médio ou superior (Aveiro, Porto este e Viseu).

#### *ii. oficiais de justiça:*

O quadro de oficiais afetos aos serviços do MP ainda que com categorias diferentes e alguma falha, está quase preenchido.

As deficiências a este nível ocorrem:

- na ICFM em cuja secção estão colocados 3 dos 5 funcionários do quadro;
- nas instâncias da área cível (central cível, do comércio, da execução e local cível do Funchal) e da área criminal (central criminal e local criminal do Funchal) por inexistência de quadro para unidades de apoio ao serviço do MP.
- no estrangulamento resultante da redução a 2 do quadro de TJP que está a fomentar a fuga dos TJAs mais aptos e valorados.

Há também dificuldades ao nível do pessoal da informática (resta um).

Não se tem curado de qualificar os OJ para as especificidades da investigação criminal e em geral para o desempenho das tarefas do MP nas diversas áreas. Para além da formação geral, o que se verifica é que a maioria vai aprendendo com a tarimba e o brio profissional.

#### ***b)- as instalações:***

Desde 30 de junho último e até 31 de dezembro de 2016 estão e continuarão a ser executadas obras de adaptação e ampliação do PJ do Funchal. Mesmo em obras, aí continuam a funcionar os serviços que acolhia:

- a secretaria do tribunal;

- as iICs:
  - do comércio;
  - de execução;
  - de instrução criminal;
- o DIAP;
- as ILs do Funchal:
  - cível;
  - criminal.
- as secções de cada uma destas instâncias e departamento;
- o arquivo geral.

As obras estão a ser executadas por pisos e por alas (presentemente e com previsão até 31/12/2015 decorrem no piso 0 -onde eram os gabinetes dos magistrados do DIAP, as secções do comércio e de execução e os gabinetes dos magistrados de cada uma destas instâncias- nas escadas de acesso do lado nascente e ainda no terraço).

Cada gabinete tem agora de comportar dois magistrados do MP.

O DIAP e os magistrados irão mudar-se, previsivelmente em Janeiro de 2016.

Circunstancialismo exógeno que prejudica gravemente as condições de trabalho dos magistrados e dos oficiais de justiça, dificulta o acolhimento e atenção a dispensar aos utentes da justiça e arrefece a ilusão de expetativas em atingir relevantes objetivos processuais.

#### ***E. outros recursos e meios auxiliares:***

Ainda que a LOSJ o não diga expressamente, a proposta dos objetivos processuais não seria realista se não tivesse em conta:

- a distribuição, a organização -principalmente ao nível investigação- e a qualificação dos OPCs,

e ainda

- existência, a capacidade, o tempo e a qualidade da resposta dos serviços oficiais que:
- realizam perícias,
- prestam apoio técnico;
- disponibilizam meios de execução das medidas jurisdicionais;

ou que, por lei:

- desenvolvem alguma etapa da atividade processual.

#### ***i. OPCs:***

Da singularidade regional da comarca resulta que os órgãos de polícia criminal têm uma componente nacional (PJ, PSP, SEF, GNR e PM) e estruturas regionais (AT-RAM, IRF – crimes fiscais-, IRAE –crime antieconómico-, DRTAI –condições de trabalho-, ISSM –crimes contra a segurança social). E que a PSP tem competência em toda RAM, confinando-se as competências da GNR à atividade fiscal (para o que aqui importa).

A PSP ainda não implementou um sistema de resposta especializada a alguns fenómenos criminais (por ex.: violência doméstica).

*ii. perícias:*

Os exames médicos para determinação das lesões, fixação da desvalorização funcional e as autópsias são realizadas pelo GML. Porém, exames complementares mais específicos são realizados pelo próprio IML, na respetiva sede, em Coimbra. Outros são contratualizados pelo IML com especialistas. Se a dificuldade de resposta do GML já é alguma, o recurso ao IML na sede ou a especialistas contratualizados resultam e demora processual.

Também as perícias deferidas ao LPC se realizam no continente com semelhante projeção na celeridade processual.

Outro tanto sucede sempre que na região não há meios técnicos e científicos que possam dar resposta oficial.

A situação agrava-se sempre que os factos ocorrem na ilha do Porto Santo.

*iii. outros auxiliares:*

Em geral, existem ou é possível recorrer a meios para tramitação de alguma fase dos processos (solicitadores no processo executivo; administradores no processo de insolvência; conservadores no processo de divórcio e respetivos incidentes; notário no processo de inventário), assim como apoio técnico especializado para algumas áreas (EMAT).

Há residentes nas listas oficiais de avaliadores em algumas áreas.

***F. especificidades das áreas de especialização:***

Outro fator relevante na proposta de fixação dos objetivos processuais resulta da posição e dos poderes que as leis do processo conferem ao MP em cada área de especialização. Assim, se há instâncias onde a ação deste órgão de justiça é de iniciativa e absolutamente determinante da atividade do tribunal –como sucede nas instâncias de família e menores, no DIAP e nas instâncias criminais e de instrução e, em parte muito substancial na área laboral- ou em que pode assumir ação importante, -nas instâncias cíveis, concretamente na defesa dos direitos e interesses dos incapazes e ausentes e ainda na defesa dos interesses coletivos e difusos-, outras há em que a intervenção do MP, para além da defesa da legalidade (comum a todas as áreas) está limitada pela legitimidade e pelo interesse em agir, reconduzindo-se, praticamente, ao papel de representação e defesa de uma parte processual –normalmente o credor, o exequente (em regra, o Estado e os trabalhadores) –como sucede nas instância e execução e na instância de comércio.

### **G. objetivos processuais mensuráveis:**

Os objetivos a fixar são processuais e, ademais, por unidade orgânica e não objetivos de gestão.

A LOSJ diz que “os objetivos processuais da comarca devem reportar-se, designadamente, ao número de processos findos e ao tempo de duração dos processos, ... por referência aos valores de referência processual estabelecidos”. E que “não podem impor, limitar ou condicionar as decisões a proferir nos processos em concreto, quer quanto ao mérito da questão, quer quanto à opção pela forma processual entendida como mais adequada”.

Explicita ainda que ao coordenador compete “implementar métodos de trabalho e objetivos mensuráveis para cada unidade orgânica”, tendo em vista “o equilíbrio da carga processual e a eficiência dos serviços”, “acompanhar o movimento processual dos serviços do Ministério Público, identificando, designadamente, os processos que estão pendentes por tempo considerado excessivo ou que não são resolvidos em prazo considerado razoável”, “adotar ... medidas, nomeadamente, de desburocratização, simplificação de procedimentos, utilização das tecnologias de informação e transparência do sistema de justiça”, bem como zelar pela “qualidade do serviço de justiça prestado aos cidadãos”.

Se bem interpretamos, os objetivos devem ser processuais e mensuráveis (e não, como já vimos, medidas de gestão os tão vulgarizados protocolos de colaboração (cuja avaliação em termos utilidade prática pelos vistos ninguém se preocupa em medir).

São, pois, objetivos processuais mensuráveis aqueles que aqui se propõem.

### **H. audições:**

#### **i. *dos magistrados:***

Individualmente –quando a área tem um só elemento- ou em reunião, foram ouvidos os magistrados que apresentaram propostas que foram ponderadas.

#### **ii. *Conselho de Gestão:***

Esta proposta foi apresentada ao órgão de gestão da comarca.

#### **iii. *oficiais de justiça:***

Foi ouvido o secretário dos serviços do MP e através dele os OJ que prestam serviço nas secções e unidades deste órgão de justiça.

## **II- proposta para fixação dos objetivos processuais:**

Com os pressupostos enunciados, propomos a fixação de objetivos processuais por área:

**a. criminal:**

**i. *DIAP:***

1º- recuperar a pendência dos processos antigos (consideram-se antigos todos os inquéritos com mais de 2 anos), encerrando, com despacho final, aqueles que têm registo de entrada no ano de 2014 e anos anteriores (não se consideram pendentes os que estão suspensos –seja por suspensão provisória, seja por força de lei expressa).

2º- fazer uso dos institutos de consenso e das formas de processo especial em pelo menos 60% dos inquéritos com indicição;

3º- com as limitações impostas pelas obras na PJ do Funchal, aumentar a taxa de resolução, recuperando a pendência por magistrado para percentagem próxima de 35%;

4º- dar prevalência ao crimes que a lei considera de investigação prioritária, com especial atenção à violência doméstica, aos crimes fiscais, à corrupção, ao peculato e ao tráfico de estupefacientes;

5º- tratar do confisco das vantagens do crime, determinando a apreensão de bens e valores, providenciando pelo arresto quando seja conveniente e promovendo a declaração de perda e a condenação em indemnização a favor do Estado.

6º- encerrar os PAs que de acompanhamento de inquéritos logo que seja proferido despacho de arquivamento ou acusação.

**ii. *instrução criminal:***

1º- promover a tempestiva aplicação de medidas de coação necessárias e adequadas, com especial atenção aos fenómenos criminais mais frequentes em que se sobrepõem razões preventivas especiais;

2º- recorrer da denegação das promoções conquanto a decisão vá em sentido contrário a jurisprudência dos tribunais superiores ou do tribunal constitucional ou a questão seja interpretativa e nova mas discutível e ainda se se não prevê encerrar o inquérito em prazo inferior ao que normalmente demora a ser decidida essa impugnação.

**iii. *instâncias criminais:***

1º- nos casos de apresentação de detido em flagrante delito por crimes que admitem julgamento em processo sumário incluindo os crimes rodoviários, continuar a promover, se admissível, a suspensão provisória do processo;

2º- sustentar a acusação deduzida, se necessário, requerendo diligências de prova que possam realizar-se em tempo razoável e sejam essenciais à boa decisão da causa;

3º- interpor recurso de decisões que vão em sentido contrário ao sustentado pelo MP , desde que haja fundamento factual e/ou jurídico, ou de decisões que vão contra a jurisprudência dos tribunais superiores e do tribunal constitucional;

4º- pronunciar-se ou quando for ainda possível requerer a declaração de perda de objetos, bens, produtos ou vantagens do crime e promover, logo após o respetivo trânsito, a execução das decisões de perda ou de indemnização decididas pelo tribunal;

5º- transmitir aos magistrados do DIAP as insuficiências e/ou dificuldades de produção de prova em julgamento e dar conta da orientação prevalente da interpretação adotada pelas instâncias da comarca e, em caso de recurso, do resultado final, se for em sentido diferente do que tenha vindo a ser seguido pelo MP;

**b. cível:**

***i. instâncias cíveis (central e locais):***

1º- instaurar PA para recolha dos elementos necessários para propor e para instruir ação judicial, ou para contestar, quando for o caso, em representação do Estado, de incapazes ou de ausentes ou para defesa de interesses coletivos e difusos;

2º- comunicar e coordenar-se com as entidades oficiais para a apreciação dos factos e dos documentos de prova nas ações em que intervém em representação do Estado, incluindo a elaboração de pareceres técnicos e de perícias;

3º- instruir, elaborar e apresentar em juízo ações em representação dos incapazes, designadamente de interdição e inabilitação, em prazo não superior a 60 dias depois da apresentação do correspondente pedido;

4º- recuperar a pendência dos PAs, designadamente arquivando os mais antigos e em que a ação em representação de incapazes ou ausentes foi proposta e instruída com os elementos de prova conhecidos e está já a correr termos em juízo, sem que tenha sido contestada (juntando-se mais tarde a decisão final da demanda).

***ii. instância do comércio:***

1º- defender os direitos e interesses do Estado no processo de insolvência (na assembleia de credores, reclamando créditos), concertando a intervenção com os serviços e entidades da respetiva tutela;

2º- promover se for o caso ou apreciar criteriosamente o incidente de qualificação da insolvência;

3º transmitir celeremente ao MP na área criminal os elementos do processo de insolvência que possam indiciar a existência de crime;

4º- representar trabalhadores da/o insolvente que solicitem o patrocínio do M.º P.º, quer no reconhecimento quer na reclamação dos respetivos créditos laborais, conquanto não conflituem no mesmo processo com os créditos reconhecidos ou reclamados pelo Estado.

***iii. instâncias de execução (central e locais):***

1º- requerer tempestivamente as ações executivas que, por lei, compete ao M.º P.º;



2º- reclamar no prazo legal, mediante a apresentação de certidão emitida pela entidade competente, os créditos que gozem de privilégio sobre os bens penhorados ou que possam ser reclamados;

**c. laboral:**

***i. instância laboral:***

1º- recuperar a elevada pendência de processos de acidente de trabalho (AT) na fase conciliatória (em 31/07/09 havia 105 AT com tentativa de conciliação marcada e 198 a aguardar marcação deste ato processual obrigatório e nuclear);

2º- que a tentativa de conciliação no processo AT se venha a realizar em prazo não superior a 90 dias (atualmente está nos 7 meses) contados da data da receção do exame médico de avaliação do grau de incapacidade ou do relatório da autópsia ao cadáver do trabalhador sinistrado;

3º- proceder à entrega do capital da remição em prazo não superior a 50 dias contados da data do respetivo cálculo;

4º- requer junta médica, quando comprovadamente se justifique, nos prazos legalmente consignados;

5º- requer exame de revisão da incapacidade nos 20 dias seguintes à apresentação de pedido que tenha cabimento legal e seja fundamentado;

6º- requerer a atualização de pensões de incapacidade ou por morte em prazo não superior a 60 dias contados da data da entrada em vigor da Portaria que fixa o coeficiente de atualização anual ou a contar da comunicação da seguradora quando a responsabilidade desta seja apenas parcial;

7º- receber e disponibilizar ao trabalhador o requerimento oficial para a impugnação da regularidade e licitude do despedimento, no qual deve logo anotar-se que pretende o patrocínio do MP;

8º- assumido que seja o patrocínio do trabalhador, preparar e apresentar a contestação no prazo legal;

9º- intentar ação emergente de contrato de trabalho (CT) em prazo inferior a 60 dias contados da data da abertura do processo administrativo (PA) correspondente; se for caso de recusa do patrocínio por impossibilidade, ausência de fundamento ou falta de provas que possam instruir a ação, o prazo máximo pode alargar-se até 80 dias;

10º- findar os PAs iniciados antes de janeiro de 2015, salvo se os termos da ação estiverem ainda a decorrer na própria instância (em caso de recurso da sentença deve o PA ser arquivado).

**d. família e menores:**

***i. instâncias de família e menores (incluindo o Porto Santo):***

- 1º- absolutamente prioritário é estabelecer a correspondência entre a estatística oficial e a realidade processual;
- 2º- prioritário ainda é de que todos os papéis e documentos apresentados sejam juntos o processo a que respeitam, apresentados ao magistrado e autuados ou que os requerimentos e ações sejam apresentadas em juízo, em qualquer caso em prazo não superior a 15 dias, contados da data da receção nos serviços ou da elaboração pelo magistrado;
- 3º- recuperar a elevada pendência dos processos próprios do MP, findando os de atendimento (eram 183) e PAs (271) em que a providência já tenha sido requerida e se não justifique manter aberto procedimento paralelo que não mais serve do que para juntar cópias de atos do processo judicial;
- 4º- despachar as fichas de atendimento em prazo não superior a 3 semanas contados da data da elaboração e registo eletrónico;
- 5º- findar os ITEs com mais de 6 meses de antiguidade , conquanto não se tenha decidido a sua suspensão e esteja a ser cumprido o plano de conduta ou o processo não tenha prosseguido pelo incumprimento do plano ou em consequência da prática de novos factos ilícitos típicos aos quais se tenha de alargar a investigação;
- 6º- requerer medidas de promoção e proteção em prazo não superior a 30 dias contados da data da receção do processo da CPCJ ou de imediato nos casos de urgência previstos no art. 91º do LPCJ;
- 7º- acompanhar com regularidade trimestral a atividade da CPCJ e visitar uma vez por ano instituições de acolhimento;
- 8º- instruir em menos de 1 ano as AOPs salvo quando tenham sido expedidas cartas rogatórias ou se aguarde pelo resulta de perícias hematológicas;
- 9º- com o escopo de agilizar a instrução dos processos e a propositura de ações especialmente as providências tutelares cíveis, os documentos de prova que sejam necessários devem ser obtidos nas bases de dados e, quando estas não existam disponíveis, através da apresentação de pedido oficial, sempre que possível entregue em mão, no serviço competente;
- 10º- a acessibilidade dos magistrados à consulta eletrónica de todos os processos da instância deve servir para certificar que não há outra ação ou providência a correr termos de modo a evitar a duplicação de demandas e pedidos
- 11º- findar os processos do DL 272/2001-mesmo quando configuram uma ação- em prazo inferior a 6 meses;
- 12º- no Porto Santo, em razão da sua volumetria processual nesta área, os prazos referidos devem ser encurtados, com a ressalva do que se estabeleceu para as AOPs, por razões geográficas naturais suscetíveis de dificultar a instrução destes processos.

Pese embora os condicionantes acima enunciados, ainda assim me pareceu possivelmente aceitável propor objetivos processuais concretos e mensuráveis, que, a nosso ver -caso se mantenham os meios materiais e humanos-, a pecar, só poderá ser por excessivo otimismo.

Funchal, 19 de Novembro de 2016

O Procurador-Geral Adjunto coordenador de comarca

Nuno A. Gonçalves